

*Fábio Victor da Fonte Monnerat*

# Súmulas e Precedentes Qualificados

*Técnicas de Formação e Aplicação*

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-1287-1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057



**saraiva**  
EDUCAÇÃO

**saraiva**

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

**SAC**

sac.sets@somoseducao.com.br

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro  
**Gerência de produção e planejamento** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência de projetos e serviços editoriais** Fernando Penteado

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Planejamento** Clarissa Boraschi Maria (coord.)

**Novos projetos** Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Marisa Amaro dos Reis

**Produção editorial** Fernanda Matajs (coord.)  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Amanda Mota Loyola  
Camilla Felix Cianelli Chaves  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Deborah Mattos  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Juliana Bojczuk Ferrino  
Kelli Priscila Pinto  
Márlia Cordeiro  
Mônica Gonçalves Dias

**Projeto gráfico** Fernanda Matajs  
**Diagramação** NSM Soluções Gráficas Ltda.  
**Revisão** PBA Preparação e Revisão de Textos  
**Capa** Tiago Dela Rosa  
**Produção gráfica** Marli Rampim

**Impressão e acabamento** Gráfica Paym

Monnerat, Fábio Victor da Fonte

Súmulas e precedentes qualificados: técnicas de formação e aplicação / Fábio Victor da Fonte Monnerat. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Precedentes judiciais - Brasil 2. Jurisprudência - Brasil  
3. Súmulas (Direito) - Brasil I. Título.

19-1174

CDU 340.142(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Precedentes judiciais : Brasil 340.142(81)

**Data de fechamento da edição: 14-8-2019**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605776 CAE 662107

# SUMÁRIO

---

Prefácio.....	11
Apresentação.....	15
Introdução – Ambiguidade normativa e função jurisdicional: da divergência à uniformização.....	21
1. Atividade jurisdicional e criação do direito: a jurisprudência como fenômeno de redução de ambiguidades.....	21
2. Divergência jurisprudencial e uniformização da jurisprudência.....	31
3. Direito jurisprudencial: da uniformização à vinculação.....	34

## Capítulo 1

### Normas fundamentais e deveres estruturantes do sistema de valorização da jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados

1.1 A valorização da jurisprudência no processo civil brasileiro: panorama geral.....	51
1.2 Jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados: aspectos conceituais.....	54
1.3 Deveres estruturantes do sistema de valorização da jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados.....	62
1.3.1 Deveres dos órgãos formadores da jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados.....	62
a) Dever de uniformização.....	65
b) Dever de formalização.....	67
c) Dever de orientação.....	72
d) Dever de adstrição ao caso concreto.....	76
e) Dever de modulação.....	80
1.3.2 Deveres dos órgãos aplicadores de jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados.....	91
a) Dever de estabilidade.....	92

b) Dever de integridade.....	99
c) Dever de coerência .....	104
d) Dever de observância obrigatória.....	109
e) Dever de correlação .....	119
f) Dever de consideração .....	124
1.4 Tipologia dos pronunciamentos judiciais vinculantes.....	126
a) As decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade .....	132
b) As súmulas vinculantes .....	141
c) Os acórdãos proferidos em incidentes de assunção de competência, de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso extraordinário ou especial repetitivos e recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida.....	149
c.1) Julgamento de recurso extraordinário e recurso especial repetitivos..	153
c.2) Acórdãos proferidos em incidente de assunção de competência .....	155
c.3) Acórdãos proferidos em incidente de resolução de demandas repetitivas .....	159
c.4) Declaração de existência ou inexistência da repercussão geral e julgamento de mérito do recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida.....	163
d) Os enunciados de súmulas de jurisprudência dominante .....	175
e) As orientações do plenário ou do órgão especial dos tribunais .....	182
1.5 Os papéis reservados pelo CPC à jurisprudência não formalizada .....	185
1.6 Hierarquia entre os tipos de pronunciamentos vinculantes e a jurisprudência .....	189
1.7 Quadro sinótico: Tipo de pronunciamento e respectivos elementos do tipo.....	193
1.8 Quadro sinótico: Tipologia dos pronunciamentos vinculantes x funcionalidades .....	194

## Capítulo 2

### O sistema de valorização das súmulas e dos precedentes qualificados à luz da Constituição Federal: fundamentos, limites e possibilidades

2.1 Estrutura normativa do modelo constitucional de processo civil: princípios processuais na Constituição Federal .....	198
2.2 Os múltiplos papéis dos princípios constitucionais .....	206
2.2.1 Especialmente sobre a função interpretativa dos princípios e a interpretação dos princípios processuais .....	212
2.3 As regras processuais na Constituição Federal .....	216
2.4 Técnica de solução de conflitos entre princípios constitucionais: o princípio da proporcionalidade .....	219

2.5	Desdobramentos decorrentes das normas constitucionais: os direitos e garantias processuais fundamentais e as garantias institucionais .....	228
2.6	O modelo constitucional de processo civil: elenco dos princípios processuais constitucionais e de seus impactos na formação e aplicação dos pronunciamentos vinculantes.....	233
2.6.1	Acesso à justiça.....	233
2.6.2	Contraditório e ampla defesa .....	236
2.6.3	Publicidade .....	243
2.6.4	Motivação das decisões judiciais.....	247
2.6.5	Juiz natural.....	253
2.6.6	Duplo grau de jurisdição.....	260
2.6.7	Devido processo legal.....	263
2.6.8	Duração razoável do processo .....	266
2.7	Especialmente sobre a influência do princípio da isonomia no processo civil: a dupla perspectiva do princípio da igualdade para o processo.....	269

### **Capítulo 3**

#### **Técnicas de uniformização da jurisprudência e de formação de súmulas e precedentes qualificados**

3.1	Generalidades .....	279
3.2	Os recursos excepcionais como técnicas de uniformização de jurisprudência: a função dos tribunais superiores e dos recursos extraordinário e especial .....	284
3.2.1	O papel do STF na uniformização da jurisprudência.....	284
3.2.2	Sobre o STJ e o recurso especial.....	289
3.2.3	Aspectos comuns à admissibilidade, tramitação e julgamento dos recursos excepcionais (foco na capacidade de uniformização) .....	293
3.2.4	A exigência do prequestionamento como decorrência lógica da precípua função dos recursos excepcionais .....	301
3.2.5	Os embargos de divergência nos recursos especial e extraordinário .....	306
3.3	A formação dos precedentes qualificados no julgamento de casos repetitivos .....	323
3.3.1	Litigiosidade de massa e tratamento coletivizado das demandas repetitivas...	323
3.3.2	Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	331
3.3.2.1	Especialmente sobre a suspensão dos feitos que versam sobre a mesma matéria, inclusive nos juizados especiais .....	352
3.3.3	Processamento e julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos .....	358
3.4	Técnicas incidentais de formação de precedentes qualificados sobre questões não repetitivas.....	369

3.4.1	Procedimento do incidente de assunção de competência.....	369
3.4.2	Procedimento do incidente de constitucionalidade: cláusula de reserva de plenário e a uniformização interna da questão constitucional .....	379
3.4.3	Procedimento de reconhecimento da repercussão geral e do julgamento do mérito do recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida.....	382
3.5	Procedimento(s) de edição de súmulas de jurisprudência dominante .....	390
3.5.1	Especialmente sobre o procedimento de edição de súmulas vinculantes .....	396

## Capítulo 4

### Técnicas de identificação, correlação e afastamento dos precedentes e súmulas: a influência da jurisprudência e dos precedentes qualificados no conteúdo das decisões judiciais

4.1	Generalidades.....	403
4.2	Técnica de identificação da norma-precedente.....	407
4.3	Técnica de correlação entre o caso-precedente e o caso apreciado.....	414
4.4	Técnicas de aplicação e afastamento das súmulas e dos precedentes qualificados: distinção e superação de entendimentos.....	417

## Capítulo 5

### Influência da jurisprudência uniformizada e dos precedentes qualificados no procedimento: técnicas de aceleração procedimental fulcradas na prévia uniformização da jurisprudência

5.1	Generalidades: a prévia uniformização de entendimentos como fator legitimador para a aceleração da prestação jurisdicional.....	425
5.2	Técnicas de aceleração procedimental fulcradas em súmulas e precedentes em espécie .....	426
5.2.1	Julgamento liminar de improcedência .....	426
5.2.2	Julgamento monocrático pelo relator .....	437
5.2.3	Aplicação da tese consagrada nos recursos especial e extraordinário repetitivos e no julgamento de mérito do recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida pelo tribunal local.....	442
5.2.4	Aplicação do entendimento do STF acerca da existência ou inexistência da repercussão geral aos recursos extraordinários que envolvam a mesma questão constitucional.....	450
5.2.5	Dispensa de reexame necessário e outros impactos na atuação da Fazenda Pública em juízo .....	453
5.2.6	Técnica de aceleração para impor respeito aos pronunciamentos: a reclamação .....	459

5.2.6.1	Natureza jurídica, fundamento e cabimento da reclamação .....	459
5.2.6.2	Reclamação: respeito, interpretação e superação dos precedentes qualificados.....	465
5.2.6.3	Especialmente sobre o cabimento da reclamação contra decisões em sede de controle concentrado e súmula vinculante proferida pelo STF .....	469
	Referências.....	471